



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 17, n. 2, Jul./Dez., 2025

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 04.05.2024. Revisado por pares em: 27.10.2024. Reformulado em: 28.11.2024. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n2ID36201

Gerenciamento de resultados no setor público: uma reflexão crítica à luz das IPSAS

Results management in the public sector: a critical reflection in the light of IPSAS

Gestión de resultados en el sector público: una reflexión crítica a la luz de las IPSAS

Autores

André Henrique Sousa Barros

Doutorando em Ciência Contábeis, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis-PPGCONT da Universidade de Brasília-UnB. Professor do Departamento de Contabilidade da Universidade de Rio Verde (UNIRV -GO). Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF, (61) 3107-0812. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1221-7296>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8347551291047464>

E-mail: andrehbarros@unirv.edu.br

José Matias-Pereira

Doutor em Ciências Políticas, Pós-Doutor em Administração, Professor de Administração e Finanças Públicas, Pesquisador Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis-PPGCONT da Universidade de Brasília-UnB. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF, (61) 3107-0812. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6320-026X>

Research Gate: <https://www.researchgate.net/profile/Jose-Matias-Pereira>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5838194984225945>

E-mail: matias@unb.br

Jomar Miranda Rodrigues

Doutor em Ciências Contábeis (PMIICC UnB/UFRN/UFPB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (PPGCont/UnB). Endereço: Universidade de Brasília (UnB) – Prédio da FACE – Campus Darcy Ribeiro s/n -Asa Norte, Brasília -DF, CEP 70910-900. Telefone: (61) 3107-0812. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5961-243X>

Research Gate: <https://www.researchgate.net/profile/Jomar-Rodrigues-2>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4371492514010904>

E-mail: jomar@unb.br

Resumo

Objetivo: Realizar uma reflexão crítica sobre o gerenciamento de resultados no âmbito governamental a partir do processo de internacionalização das normas contábeis voltadas ao setor público. Assim, buscou-se discutir as implicações das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) para o gerenciamento de resultados no setor público, considerando as particularidades e os desafios do contexto brasileiro.

Metodologia: A base teórica utilizada foi constituída a partir da técnica de revisão integrativa da literatura através de consultas realizadas nas bases *Scopus* e *Web of Science*, *SciELO* e *Spell*, a qual envolveu três grandes temas centrais, sendo eles: 1) gerenciamento de resultados no setor público; 2) imprecisão orçamentária; e, 3) IPSAS.

Resultados: Com o processo de implementação das IPSAS e a busca por maior comparabilidade das informações, os governos brasileiros ainda estão condicionados ao cumprimento das exigências legais do orçamento, conforme a Lei nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nº 101/2000. É nesse contexto de transição para as IPSAS que surgem efeitos determinantes para a prática do gerenciamento de resultados, de modo que a instauração de uma contabilidade baseada no regime de competência (*accrual basis*) possibilita a existência de um paradoxo entre a melhoria na qualidade da informação e a manipulação dos elementos contábeis, especialmente em ciclos eleitorais.

Contribuições do Estudo: Ao associar adoção das IPSAS, o ensaio aponta um horizonte para discussão do gerenciamento a partir de normas internacionais, favorecendo uma discussão mais concisa e condicionada ao marco temporal das respectivas adoções.

Palavras-chave: IPSAS; Gerenciamento de Resultados; *Accruals*.

Abstract

Purpose: To critically reflect on earnings management in the governmental context, focusing on the process of internationalization of accounting standards for the public sector. The study aims to discuss the implications of the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) for earnings management in the public sector, considering the particularities and challenges of the Brazilian context.

Methodology: The theoretical framework was built using the integrative literature review technique, with consultations conducted in the Scopus, Web of Science, SciELO, and SPELL databases. This review focused on three central themes: 1) earnings management in the public sector; 2) budget inaccuracy; and 3) IPSAS.

Results: With the implementation of IPSAS and the search for greater comparability of information, Brazilian governments are still constrained by the legal requirements of budget compliance, as established by Law No. 4,320/64 and the Fiscal Responsibility Law (FRL) No. 101/2000. In this context of transition to IPSAS, determinant effects emerge for the practice of earnings management. The establishment of accrual-based accounting enables a paradox between improved information quality and the manipulation of accounting elements, especially during electoral cycles.

Contributions of the Study: By associating the adoption of IPSAS with earnings management, this essay opens a pathway for discussing management practices in the context of international standards, offering a concise and temporally framed analysis of respective adoptions.

Keywords: IPSAS; Earnings Management; Accruals.

Resumen

Objetivo: Realizar una reflexión crítica sobre la gestión de resultados en el contexto gubernamental, enfocándose en el proceso de internacionalización de las normas contables para el sector público. El estudio busca discutir las implicaciones de las Normas Internacionales de Contabilidad del Sector Público (IPSAS) para la gestión de resultados en el sector público, considerando las particularidades y desafíos del contexto brasileño.

Metodología: El marco teórico se construyó a partir de la técnica de revisión integradora de la literatura, con consultas realizadas en las bases *Scopus*, *Web of Science*, SciELO y SPELL. Esta revisión se centró en tres temas principales: 1) gestión de resultados en el sector público; 2) imprecisión presupuestaria; y 3) IPSAS.

Resultados: Con la implementación de las IPSAS y la búsqueda de una mayor comparabilidad de la información, los gobiernos brasileños aún están condicionados por el cumplimiento de las exigencias legales del presupuesto, conforme a la Ley N° 4.320/64 y la Ley de Responsabilidad Fiscal (LRF) N° 101/2000. En este contexto de transición hacia las IPSAS, surgen efectos determinantes para la práctica de la gestión de resultados. La instauración de una contabilidad basada en el régimen de devengo (accrual basis) posibilita la existencia de una paradoja entre la mejora en la calidad de la información y la manipulación de los elementos contables, especialmente en ciclos electorales.

Contribuciones del Estudio: Al asociar la adopción de las IPSAS con la gestión de resultados, este ensayo propone un horizonte para discutir la gestión a partir de normas internacionales, favoreciendo un análisis más conciso y condicionado al marco temporal de las respectivas adopciones.

Palabras-clave: IPSAS; Gestión de Resultados; Accruals.

1 Introdução

O presente ensaio tem como propósito realizar uma reflexão crítica sobre o gerenciamento de resultados no âmbito governamental a partir do processo de internacionalização das normas contábeis voltadas ao setor público. Assim, buscou-se discutir as implicações das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) para o gerenciamento de resultados no setor público, considerando as particularidades e os desafios do contexto brasileiro.

O processo de implementação das IPSAS, iniciado pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) em 1997, com a emissão da primeira norma no ano de 2000, totaliza, até o momento, 43 pronunciamentos. Essas normas têm o objetivo de propiciar

ao setor público uma transição do viés de caixa (*cash basis*) e orçamentária para uma contabilidade voltada à interpretação das transações com maior ênfase no regime de competência (*accrual basis*) (García, 2014; Costa, & Leão, 2021). Sendo o propósito principal das IPSAS a geração de informações financeiras mais comparáveis entre diferentes governos ao redor do mundo, minimizando as divergências nos princípios contábeis geralmente aceitos (Brusca, & Martínez, 2016; Billhim, Azevedo, & Santos, 2022).

Nesse contexto, alguns estudos têm investigado os níveis de adoção das IPSAS em variadas perspectivas, como: a comparação da adequação das contas públicas dos países no processo de implementação das normas internacionais (Christiaens, Vanhee, Manes-Rossi, Aversano, & Van Cauwenberge, 2015); a relação da adoção com a cultura e o ambiente político local (Brusca & Bergmann, 2020; Amiri, & Hamza, 2020; Oulasvirta, 2014; Silva Neto, & Silva, 2019); e os níveis de corrupção existentes e sua correlação positiva ou negativa com a adoção das normas internacionais (Hepworth, 2015; Tawiah, 2023; Seiyaibo, 2020; Silva, Junior, Ferreira, & Junior, 2022), entre demais trabalhos que abordam a temática das IPSAS de forma objetiva ao gerenciamento de resultados (Oliveira, Britto, Gonçalves, & Neto 2024; Araújo, Queiroz & Paulo, 2023).

Embora reconhecidos os benefícios da convergência para as IPSAS (Christiaens et al., 2015; Gourfinkel, 2021; Silva *et al.*, 2022), sua adoção plena ainda enfrenta desafios. A maioria dos países realiza a implementação de forma parcial, e nem sempre em todos os níveis governamentais (Tawiah, 2023; Scannell, & Tawiah, 2024). Observa-se ainda resistência à adoção integral das normas (Bekiaris, & Paraponti, 2022). Na Finlândia, questiona-se a eficiência das IPSAS em relação ao sistema contábil vigente (Oulasvirta, 2014); na Alemanha, a alta regulação do setor público dificulta a implementação dos padrões internacionais (Bekiaris, & Paraponti, 2022); enquanto na Polônia as técnicas orçamentárias avançadas utilizadas reduzem o entusiasmo em promover a convergência de forma ampla (Kowalczyk, & Caruana, 2022).

Nos países emergentes, a baixa transparência dos controles públicos faz com que as IPSAS sejam muitas vezes percebidas como formalidades protocolares, gerando conflitos entre a adoção do regime de competência (*accrual basis*) e a prática tradicional baseada no caixa (*cash basis*) (Gómez-Villegas, Brusca, & Bergmann, 2020;). Tal cenário pode ser constatado nos governos brasileiros nos mais variados âmbitos, visto que, são observadas dificuldades de aplicabilidade das IPSAS em decorrência da baixa capacidade técnica dos profissionais envolvidos nas interpretações das normas (Lima, & Lima, 2019) e da defasagem entre os novos pronunciamentos baseados em *accruals basis* com a Lei nº 4320 de 1964 tradicionalmente formulada com viés orçamentário (Araújo, Queiroz, & Paulo, 2023).

Salienta-se que o presente ensaio não buscou analisar a extensão das adoções ou a qualidade das normas internacionais propostas, mas sim discutir como a implementação de normas baseadas primordialmente no regime de competência pode favorecer as práticas de gerenciamento de resultados no setor público. Ao explorar através do caráter reflexivo essa conexão entre gerenciamento e o processo de implementação das IPSAS, delimita-se a observação do fato, mas se amplia o caráter exploratório do tema.

A temática referente ao gerenciamento de resultados nas entidades públicas, no entanto, ainda carece de informações e estudos quando comparado ao setor privado (Santos, Machado, & Scarpin, 2012; Costa, & Leão, 2021; Bisogno, & Donatella, 2022). Isso ocorre devido ao fato de que os *accruals* existentes no setor público não serem mensurados por modelos que utilizem como base apenas o lucro e o fluxo de caixa, já que o resultado social deve ser inserido como parte da avaliação, tornando os estudos desse tema ainda mais desafiadores na gestão pública (Costa, & Leão, 2021; Araújo, 2022).

Portanto, considerando o processo de harmonização aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, este estudo possuiu como propósito realizar uma discussão sobre os resultados da literatura nacional e internacional em relação ao gerenciamento de resultados nas contas públicas governamentais. A partir da questão norteadora: **quais são as implicações das IPSAS para o gerenciamento de resultados no setor público, considerando as particularidades e desafios do contexto brasileiro?**

Nota-se que muita atenção é dada ao processo de adoção das IPSAS, especialmente em seus benefícios e desafios, porém, foi encontrado apenas um trabalho no cenário brasileiro que relacionem diretamente a implementação das normais internacionais ao gerenciamento de resultados, destaca-se nesse aspecto o estudo de Oliveira, Brito, Gonçalves & Neto (2024) que encontraram evidências de gerenciamento de resultados nos governos estaduais brasileiros a partir da convergência ao regime de *accruals*.

2 Procedimentos Metodológicos

O ensaio teórico deve, essencialmente, conter uma abordagem que contemple elementos de originalidade associados ao ineditismo, sendo capaz de capturar as interações qualitativas dos objetos ensaiados a ponto de permitir ao leitor a compreensão de temas em uma perspectiva reflexiva e crítica (Meneghetti, 2011; Bertero, 2011).

De acordo com Bertero (2011), o ensaio tem um posicionamento difícil enquanto modo de produção científica, devido à hegemonia da ciência positiva e à dificuldade em construir ideias originais a partir de intuições próprias. Essa constatação pode ser corroborada no contexto das pesquisas da área contábil e da administração pública, onde a ênfase tem sido posta no paradigma positivista por meio da influência da corrente neoclássica de economia (Pereira, Rodrigues, & Matias-Pereira, 2019; Avelar, Pádua Ribeiro, Boina, Gomes, Oliveira Ferreira, & 2020). Nesse contexto, são predominantes os estudos quantitativos no campo, em detrimento das pesquisas qualitativas, o que, de certa forma, acaba propiciando oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas sob um viés mais interpretativo (Avelar *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o presente artigo abre espaço para a ampliação do olhar científico para o tema de gerenciamento de resultados no setor público, podendo ser classificado como um ensaio persuasivo e exploratório em decorrência da escassez de trabalhos que abordem essa prática no âmbito das contas públicas. A base teórica utilizada foi constituída a partir da técnica de revisão integrativa, que, segundo Torraco (2005), parte da seleção qualitativa de estudos sobre determinado tema, sendo sua organização e interpretação baseadas nas construções dos ensaístas, não constituindo um estudo teórico ou uma revisão de literatura.

Os artigos foram selecionados a partir de uma revisão sistemática da literatura, envolvendo três grandes temas centrais: 1) gerenciamento de resultados no setor público; 2) imprecisão orçamentária; e 3) IPSAS. A pesquisa foi realizada nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO* e *SPELL*, utilizando termos de busca aplicados a títulos, resumos e palavras-chave.

Os termos empregados incluíram: *"earnings management"*, *"creative accounting"*, *"accounting manipulation"*, *"financial performance adjustments"*, *"financial reporting quality"*, *"accruals quality"*, *"budget management"*, *"budget errors"*, *"budget accruals"*, *"IPSAS"*, *"budget inaccuracy"*, *"budget estimates"* e *"IPSAS and accounting"*. Esses termos foram também traduzidos e utilizados em português para garantir maior abrangência nas buscas, considerando a literatura nacional e internacional. Assim, foram empregados os equivalentes: *"gerenciamento de resultados"*, *"contabilidade criativa"*, *"manipulação contábil"*, *"ajustes no desempenho financeiro"*, *"qualidade da informação contábil"*, *"qualidade dos accruals"*,

"gestão orçamentária", "erros orçamentários", "accruals orçamentários", "imprecisão orçamentária", "estimativas orçamentárias" e "IPSAS e contabilidade".

O processo inicial resultou na identificação de 128 artigos. Em seguida, foi realizada uma triagem baseada na leitura exploratória de títulos, resumos e palavras-chave para avaliar a pertinência dos estudos em relação ao tema. Ao final dessa etapa, foram excluídos 50 artigos por não apresentarem relevância para os objetivos da pesquisa, resultando em 78 artigos selecionados para estruturação das reflexões a respeito do tema.

3 Revisão da Literatura

3.1 *Accrual Basis* no Setor Público

A harmonização dos padrões contábeis no setor público é decorrente de um movimento que busca promover maior transparência, eficiência e eficácia nas contas públicas governamentais, especialmente pelos *déficits* públicos existentes em diversos países do mundo (Christiaen *et al.*, 2015; Gourfinkel, 2021; Tawiah, 2023). Dados da *Institute of International Finance* (2023) apontam um crescimento expressivo da dívida pública dos governos globais, em que os valores estimados correspondem a 300 trilhões de dólares, o maior já observado na história. Países como Japão, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido possuem mais de 100% do PIB em dívida. Seguindo o mesmo caminho, estão os países emergentes da América Latina e da África, que enfrentam desafios constantes para frear a alta do endividamento das últimas décadas.

Já na década de 1960, Pinney (1966) apontava para a necessidade de controle da gestão pública, visto que o regime de caixa impregnado na chamada “contabilidade pública tradicional” impedia a eficiência das contas públicas. A preocupação existente consistia, basicamente, em controlar a execução do orçamento, ao buscar garantir o controle efetivo dos recursos públicos. As transações eram registradas no momento do recebimento ou pagamento, não fornecendo informações necessárias à correta tomada de decisão por parte dos gestores (García, 2014).

A convergência para os padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público pode oferecer contribuição relevante na tentativa de conter o aumento das despesas públicas e melhoria da gestão dos recursos públicos, uma vez que os IPSAS tendem a seguir o princípio de competência baseada nos padrões internacionais aplicados ao setor privado (IFRS) (García, 2014; Christiaens *et al.*, 2015; Gourfinkel, 2021). Assim, os critérios de reconhecimento, evidenciação e mensuração permitem que modelos científicos de estudos desenvolvidos no mercado de capitais se mostrem eficientes em pesquisas no setor público (Costa, & Leão, 2021; Scannell, & Tawiah, 2024).

Pereira *et al.*, (2022) constata que a adoção do regime baseado em *accruals* ainda oferece resistência em alguns países em decorrência de fatores como cultura e qualificação técnica. Os autores destacam que tanto os países emergentes quanto os desenvolvidos apresentam dificuldades nessa transição, os primeiros pela dificuldade técnica de aderir aos IPSAS, enquanto o segundo grupo apresenta um conjunto de normas baseadas nas características locais, consideradas de qualidade, dificultando a aceitação plena da convergência internacional.

Rodrigues (2022) aponta a existência de três grandes blocos de países com movimentos distintos em relação à adoção dos IPSAS. O primeiro grupo corresponde aos países entusiastas da implementação da *New Public Management*, portanto possuem uma motivação cultural-ideológica para medidas de convergência aos padrões internacionais de contabilidade —

destacam-se nesse bloco a Nova Zelândia, Austrália e Reino Unido. O segundo bloco, por outro lado, contempla países emergentes como Brasil e os demais países da América Latina. Nesse grupo, as adoções dos IPSAS são baseadas, principalmente, na forma e não em conteúdo, não existindo, assim, um comprometimento real com as implementações.

Já o terceiro bloco compreende os demais países da Europa Continental. Neles é observada uma tensão entre a preservação da soberania nacional com as necessidades da integração aos *accrual basis* (Rodrigues, 2022). Por fim, o autor considera os EUA como um país singular nesse processo, já que as normas do IPSAS não são adotadas e nem discutidas em termos de aplicabilidade e, ainda, possui como essência o uso da informação contábil com ênfase maior ao usuário interno em detrimento da sociedade. Destacam que essa questão é tratada como parte da soberania do Estado, sendo o orçamento uma questão de preservação da integridade nacional.

O conflito entre a imposição das IPSAS sob a teoria do isomorfismo mimético e coercitivos foram temas de estudos na Nigéria (Olaoye, & Talabi, 2018), Portugal (Gomes, Brusca, Fernandes, & Vilhena, 2023), Malta (Jones, & Caruana, 2016), Estônia (Argento, Peda, & Grossi, 2018) e em países emergentes (Alghizzawi, & Masruki, 2020; Mnif Sellami, & Gafsi, 2019; Amiri, & Hamza, 2020), enquanto alguns outros países, como Iraque (Alshujairi, 2014), Turquia (Ada, & Christiaens, 2018), Catar (Abdulkarim, Umlai, & Al-Saudi, 2023), vislumbram com as IPSAS a possibilidade de se integrarem aos blocos econômicos internacionais, ganhando legitimidade frente as demais economias globais, abrindo mão de parte da soberania em prol desse objetivo. Nesse aspecto, Scannell e Tawiah (2023) relatam que as pesquisas sobre os benefícios das IPSAS são aplicadas no contexto do mundo desenvolvido, entretanto, muitos dos benefícios citados são comercializados para os países em desenvolvimento.

Bekiaris e Paraponti (2023) relatam que apenas 64% dos países da OCDE têm níveis médios a altos de implementação das IPSAS. Os demais países reportaram baixos níveis de adoção, justificando a baixa percepção dos benefícios das normas em relação às vigentes no momento, o que atuou como uma barreira à disseminação nesses países.

No que tange ao cenário brasileiro, é possível definir que, oficialmente, o processo de convergência da contabilidade no setor público brasileiro teve início em 2008, quando foi editada a Portaria nº 184 do Ministério da Fazenda (Lima, & Lima, 2019). A partir de 2016, o CFC passou a realizar o processo de convergência de forma individual para cada IPSAS. No entanto, foi em 2016 que esse processo de convergência foi intensificado com a edição de diversas Normas Brasileiras de Contabilidade, em substituição às NBC T 16 — com destaque para a aprovação da nova Estrutura Conceitual (NBC TSP EC) a ser utilizada na elaboração e na divulgação da informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (CFC, 2016).

Surge o conceito de Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), os quais devem ser elaborados com base no regime de competência (CFC, 2016). Tais relatórios devem fornecer informações úteis aos seus usuários, de modo a servir como base, mesmo que parcialmente, para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão (CFC, 2016).

Reforçando o interesse na convergência aos padrões internacionais de contabilidade para o setor público, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) implementou as IPSAS no âmbito federal, por meio da inserção do seu conteúdo no MCASP, intensificando a adoção desse manual de forma prática para implantação nos demais entes federados. A STN editou entre 2008 e 2024 o total de 10 manuais de contabilidade.

3.2 Gerenciamento de Resultados no Setor Público

Estudos relacionados ao gerenciamento de resultados no setor público brasileiro ainda são escassos (Costa, & Leão, 2021; Silva, & Souza Freire, 2021; Araújo, 2022). Uma das primeiras abordagens da temática no âmbito governamental foi o trabalho de Santos, Machado e Scarpin (2012), que se propôs a identificar como os municípios catarinenses gerenciavam seus resultados por intermédio das receitas e despesas orçamentárias. Através do estudo, foi possível perceber que os municípios gerenciavam os resultados com o intuito de atingir o equilíbrio orçamentário. Sendo assim, as outras receitas e despesas correntes eram superestimadas, de forma a cobrirem limitações do orçamento.

Também foram identificados trabalhos que observaram o gerenciamento de resultados em períodos eleitorais (Silva, & Souza Freire, 2020; Almeida-Santos, Matias-Pereira, & Ferreira, 2021; Costa, & Leão, 2021), por intermédio dos restos a pagar (Araújo *et al.*, 2023; Silva, 2023), através de imprecisão na previsão das receitas orçamentárias (Azevedo, 2013; Teixeira *et al.*, 2021; Alves 2015; Fiirst, Pamplona, Hein, & Zonatto, 2017) e despesa de pessoal (Gonçalves, & Teixeira, 2019; Marcondes, & Costa, 2021).

As tabelas a seguir descrevem os principais estudos na literatura brasileira em relação ao gerenciamento de resultados no setor público. Na Tabela 1 são apresentados os estudos a partir da perspectiva política na manipulação de resultados sob viés eleitoreiro; na Tabela 2 são evidenciados os estudos com foco nos restos a pagar processados e não processados; na Tabela 3, os estudos baseados em gerenciamento de resultados por meio da imprecisão orçamentária; e, por fim, na Tabela 4, os estudos que contemplaram o tema a partir da perspectiva das despesas orçamentárias correntes e de capital.

Tabela 1

Pesquisas sobre gerenciamento de resultados e ciclo político no setor público

Autor (ano)	Objetivo	Resultados
Silva e Souza Freire (2020)	Verificar em que extensão as práticas de <i>accounting gimmicks</i> afetam as políticas fiscais e a execução dos gastos sociais durante os ciclos políticos eleitorais.	Concluiu-se que a utilização dos gastos sociais, alinhados a uma abordagem teórica dos regimes fiscais rígidos e da Teoria dos Ciclos Políticos Eleitorais, é influenciada pelo comportamento oportunista dos gestores e pelas práticas de <i>accounting gimmicks</i> .
Almeida-Santos, Matias-Pereira, Ferreira (2021)	Documentar empiricamente evidências de manipulação real das despesas primárias de capital executadas pelos governos dos estados brasileiros entre 1996 e 2017.	Conclui a existência de motivações eleitoreiras na manipulação real das despesas públicas com investimentos, a fim de influenciar nomeadamente a decisão de voto.
Costa e Leão (2021)	Avaliar a relação entre o ciclo eleitoral e a prática de gerenciamento de resultados nos municípios brasileiros.	Foi evidenciado o aumento dos níveis de gerenciamento em períodos pré-eleitorais, bem como ambientes de maior nível de competição política. Há, portanto, evidências de práticas de gerenciamento de resultados em função do ciclo eleitoral.

Oliveira, Britto, Gonçalves, Neto (2024)	Analisar o gerenciamento de resultados na Administração Pública, especialmente no que se refere ao uso de <i>accruals</i> discricionário nos governos estaduais brasileiros	Evidenciou-se que gestores públicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal de fato ajustam dados contábeis e financeiros para cumprir exigências legais ou orçamentárias, ou para influenciar a aprovação de suas gestões por eleitoras.
--	---	---

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Os estudos da Tabela 1 apontam para o ciclo político como um fator que condiciona o gerenciamento de resultados nas contas públicas; entretanto, revelam que os dispositivos normativos estabelecidos tanto na legislação orçamentária quanto no processo de convergência iniciados formalmente em 2008 com a Portaria MF nº 184/2008 — que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos entes na busca pela convergência (Portaria nº 184 de 25 de agosto de 2008) —, ofereceram um cenário de maior discricionariedade ao gestor público.

Regimes fiscais existentes evidenciavam um caráter estritamente normativo, onde o gestor gerenciava os gastos de forma oportunista às margens da legalidade (Silva, & Freire, 2021; Baldissera *et al.*, 2020), especialmente em obediência à Lei 4320 de 1964 e à Lei Complementar 101 de 2000. Todavia, o processo de convergência as IPSAS culminou no reforço do caráter oportunístico na elaboração e execução do orçamento público (Costa, & Leão, 2021; Almeida-Santos *et al.*, 2021), aumentando ainda mais a discricionariedade na qualidade da informação divulgada em relação aos elementos da receita e despesa pública.

Observa-se, portanto, uma nova dinâmica no gerenciamento de resultados por meio do orçamento público. Anteriormente, as manipulações eram realizadas de forma restrita, aproveitando brechas nas normas. Com a introdução das IPSAS e a adoção do regime de competência, surge um cenário que amplia as possibilidades de atuação dos gestores públicos. Esse novo contexto dificulta a identificação de manipulações devido ao aumento da discricionariedade e às variabilidades características entre diferentes tipos de cidades, tornando o controle e a fiscalização ainda mais complexos.

McNichols e Wilson (1988) apresentam duas abordagens para os estudos sobre o gerenciamento de resultados. A primeira corresponde à análise de um grupo de contas como *accruals* agregadas, enquanto a segunda possibilidade seria concentrar o foco da investigação do gerenciamento através de uma conta específica, como *representative approach* (ou *accruals* específicas). Por se tratar de um assunto ainda precursor no âmbito do orçamento público, optou-se por delimitar a observação dos *accruals* específicos, onde a Tabela 2 evidencia os estudos com o gerenciamento de resultados através dos restos a pagar.

Tabela 2*Pesquisas sobre gerenciamento de resultados e restos a pagar no setor público*

Autor (ano)	Objetivo	Resultados
Araújo (2022)	Analisar, por meio de restos a pagar nos municípios brasileiros, o efeito dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários.	Os resultados evidenciaram a presença de <i>accruals</i> orçamentários discricionários positivos nos anos imediatamente anteriores aos pleitos democráticos. Adicionalmente, descobriu-se que os gestores em primeiro mandato estão mais inclinados a ingressarem nesse tipo de prática.
Silva (2023)	Analisar a influência do desempenho de arrecadação sobre a inscrição de despesas em restos a pagar nos municípios brasileiros.	Os resultados obtidos indicaram que o desempenho de arrecadação influencia positivamente e de forma estatisticamente significativa o nível de inscrição de despesas em restos a pagar dos municípios. Ademais, evidenciou-se que tanto a inscrição em restos a pagar quanto o desempenho de arrecadação são influenciados pelo calendário eleitoral.
Aquino & Azevedo (2017)	Discutir o uso da inscrição em restos a pagar e seus impactos na credibilidade e na transparência do orçamento público.	Os resultados apontaram que os restos a pagar no Brasil como mecanismo de flexibilização da anualidade do orçamento abriu espaço para endividamento sem transparência dos governos. O orçamento segundo o estudo tornou-se uma “peça de ficção” cujo efeito imediato se dá pelo aumento do gerenciamento de resultados.

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Nota-se que, com a introdução das *IPSAS* e a adoção do regime de competência, surge um cenário que amplia as possibilidades de atuação dos gestores públicos. Esse novo contexto dificulta a identificação de manipulações devido ao aumento da discricionariedade nos elementos orçamentários. Embora a Lei de Responsabilidade Fiscal preveja dispositivos legais que restringem a obtenção de dívidas no último ano de mandato, conforme o artigo 42º, é possível observar que tais medidas são frequentemente adotadas de maneira consciente antes do período eleitoral, em conformidade com a previsão legal. No entanto, o efeito desse gerenciamento é deliberadamente calculado para que sua percepção seja validada durante o ano do pleito, criando a impressão de que o estabelecido está sendo cumprido, quando, na essência, há um rompimento com o objetivo original.

Outro elemento frequentemente abordado nas pesquisas como influenciador na geração de *accruals* discricionários são as previsões orçamentárias, denominadas por Araújo *et al.* (2023) como *accruals* orçamentários. Embora a prática incremental e as previsões sejam, em sua maioria, fundamentadas em fatores históricos, não há, na legislação, limitações ou penalidades específicas para previsões inadequadas (Azevedo, 2013; Ribeiro, 2021). A principal ênfase da Lei de Responsabilidade Fiscal recai sobre o controle e a execução do orçamento, especialmente no artigo 4º, que trata do Anexo de Metas Fiscais, abrangendo receitas e despesas projetadas para o exercício vigente e os dois subsequentes.

Estudos que analisaram a imprecisão nas previsões e agruparam seus achados no contexto do gerenciamento de resultados estão destacados na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3*Pesquisas sobre gerenciamento de resultados e imprecisão orçamentária no setor público*

Autor (ano)	Objetivo	Resultados
Azevedo (2013)	Analisar o grau de imprecisão orçamentária dos municípios brasileiros e apontar os fatores que estariam associados à imprecisão.	Encontrou-se um efeito generalizado de imprecisão orçamentária em decorrência de inúmeros fatores que transcendem a estimativa orçamentária, desde o nível de escolaridade do município até fatores políticos existentes em contas específicas, como investimentos.
Teixeira <i>et al.</i> (2021)	Verificar a imprecisão orçamentária entre os valores previstos e realizados de arrecadação de receitas e despesas públicas dos municípios das Regiões Imediatas de Teófilo Otoni e Águas Formosas, ambos no estado de Minas Gerais, entre os exercícios financeiros entre 2013 e 2018, e classificá-los segundo a sua efetividade.	Os resultados evidenciaram que, conforme classificação do PEFA, a maioria dos municípios podem ser considerados imprecisos, tanto nas receitas quanto para as despesas, recebendo a pior nota do programa conceituada pela letra D.
Alves (2015)	Analisar a “rolagem” do orçamento e da consequente dissociação entre a matriz de despesas previstas na peça orçamentária e as despesas efetivamente pagas.	Conclui que a existência de ajustes no orçamento dos Ministérios é utilizada como mecanismo de controle através da rolagem da dívida, de forma a encobrir ineficiências e evitar o impacto nas regras normativas de controle.
Fiirst, Pamplona, Hein e Zonatto (2017)	Verificar o nível de eficiência e elaborar um <i>ranking</i> da previsibilidade da receita orçamentária dos municípios do estado do Paraná.	Os achados demonstraram que, no período analisado, a maioria dos municípios do estado do Paraná apresentou eficiência na previsibilidade de receitas orçamentárias. Constatou-se que o tamanho dos municípios, avaliado pelo número de habitantes, não influenciou a qualidade da eficiência da previsão da receita pública.
Lanis e Bueno (2020)	Identificar os fatores políticos, econômicos e sociais que afetam a qualidade da gestão orçamentária dos municípios do estado de Rondônia.	Aponta que municípios com o IDHM maiores e populações menores possuem melhor gestão do orçamento. Além disso, a pesquisa revela que, em períodos inflacionários, os gestores reduzem a eficiência no controle do planejamento.
Zielinski, Hirt e Witt (2017)	Verificar o nível de imprecisão orçamentária dos municípios da microrregião AMSULEP no Paraná, segundo o programa PEFA.	Percebeu-se que o processo de subestimar receitas ocorreu de forma constante nos municípios analisados, propiciando excesso de arrecadação e a possibilidade de utilização de créditos adicionais.

Thesing <i>et al.</i> (2024)	Analisar a eficiência do processo de orçamentação da receita pública, sobretudo as receitas do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, em 77 municípios da Região Funcional de Planejamento 7, constituída pelos Coredes Missões, Noroeste Colonial, Celeiro e Fronteira Noroeste, no estado do Rio Grande do Sul.	Os resultados do estudo indicam que existe um baixo nível de eficiência no processo de orçamentação das receitas para a maioria dos municípios, independentemente de sua estratificação em termos populacionais.
Cabello & Azevedo (2023)	Analisar se municípios que apresentam maior acurácia de previsão orçamentária das receitas possuem menor endividamento e maior liquidez	Os resultados indicam que a superestimação da receita sugere um aumento do endividamento e a subestimação sugere uma redução do endividamento e aumento da liquidez nos municípios brasileiros.

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Observa-se que, no setor público, a imprecisão orçamentária pode configurar uma forma de gerenciamento de resultados. No entanto, é desafiador determinar se tal imprecisão decorre de ações intencionais ou de erros involuntários no processo de previsão. De qualquer modo, os efeitos dessa imprecisão, especialmente em casos de excesso de arrecadação, incluem a criação de folgas orçamentárias que podem ser estrategicamente utilizadas para atender a interesses políticos ou eleitorais, seja por intermédio dos créditos adicionais resultantes desse fato ou pelo aumento do endividamento e liquidez.

Nesse contexto, é possível observar, no cenário brasileiro, uma dualidade de sistemas contábeis: o orçamento é elaborado sob o regime de caixa (*cash basis*), enquanto os relatórios financeiros seguem o regime de competência (*accrual basis*) (Pereira, 2022; Lima *et al.*, 2009; Amaral *et al.*, 2014). A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 35º, estabelece que as receitas devem ser reconhecidas no momento da arrecadação. Tal abordagem, baseada no regime de caixa, contraria os princípios do regime de competência adotado nos relatórios financeiros, o que, por sua vez, implica na possibilidade de *accruals* orçamentários e financeiros.

Tabela 4

Pesquisas sobre gerenciamento de resultados e despesa orçamentária no setor público

Autor (ano)	Objetivo	Resultados
Araújo, Queiroz e Paulo (2023)	Analisar o efeito dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar nos municípios brasileiros.	Os resultados evidenciaram <i>accruals</i> orçamentários discricionários positivos nos anos imediatamente anteriores aos pleitos democráticos e sua reversão – <i>accruals</i> orçamentários discricionários negativos – em anos eleitorais, perfazendo o ciclo eleitoral orçamentário.

Marcondes e Costa (2021)	Analisar a influência de aspectos políticos e eleitorais sobre os erros de previsão de despesas nos orçamentos municipais.	Identificou-se um viés de erro orçamentário que se repete ao longo do tempo, sendo ele associado ao grau de incrementalismo presente nos orçamentos, bem como as variações nas previsões de receitas, principalmente transferências intergovernamentais.
--------------------------	--	--

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Em relação ao cenário internacional, Donatella e Tagesson (2021) apontam que os estudos referentes ao gerenciamento de resultados no setor público apresentaram maior crescimento a partir de 2014. Constatou-se que quase 70% das pesquisas foram realizadas no período entre 2014 e 2021, sendo estas concentradas de forma mais recorrentes em países europeus. Ainda de acordo com Donatella e Tagesson (2021), esse crescimento ocorre de forma consideravelmente atrasada quando comparado ao setor privado.

Destacam-se alguns estudos elaborados em municípios de Portugal (Ferreira, 2023; Ferreira, Carvalho, & Pinho, 2013), da Suécia (Donatella *et al.*, 2019; Donatella, & Tagesson, 2021), da Grécia (Cohen, & Malkogianni, 2022), da Inglaterra (Arcas, & Marti, 2016) e governos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Reischmann, 2016). Esses estudos consideram que os desafios para a adoção do *accruals basis* são variados e submersos a fatores econômicos, sociais e políticos, sob os quais esses governos são estabelecidos.

De acordo com Brusca e Bergmann (2020), no contexto internacional, a adoção das IPSAS tem seguido caminhos variados, muitas vezes divergentes e conflitantes. Isso ocorre porque a implementação, que exige um maior grau de julgamento nas decisões contábeis, enfrenta não apenas desafios políticos, mas também questões como a soberania nacional no controle das contas públicas. Desse modo, a adoção das normas é percebida por alguns gestores como um processo de internacionalização que desconsidera as particularidades de suas realidades locais, como a capacitação técnica insuficiente, decorrente da falta de profissionais qualificados para compreender e implementar as IPSAS de maneira uniforme em diferentes contextos socioeconômicos.

A literatura consolidada aponta que, durante o período de transição para novas normas, as práticas de gerenciamento de resultados tendem a se intensificar, uma vez que a flexibilidade nos padrões contábeis oferece aos gestores a possibilidade de selecionar tratamentos específicos para atingir objetivos previamente definidos (Christensen *et al.*, 2013; Healy, & Wahlen, 1999; Dechow *et al.*, 2010).

A Tabela 5 contempla alguns estudos sobre gerenciamento de resultados no continente Europeu.

Tabela 5

Estudos sobre gerenciamento de resultados no setor público na Europa

Autor (ano)	Objetivo	Resultados
Ferreira (2023)	Examinar se os políticos dos municípios portugueses praticam gestão de resultados com base no endividamento.	Os resultados indicam que os municípios portugueses têm utilizado <i>accruals</i> discricionários para realizar a gestão de resultados. Os dados, no entanto, sugerem que o gerenciamento de resultados não foi motivado pelo endividamento.

Ferreira, Carvalho e Pinho (2013)	Avaliar se os políticos dos municípios portugueses se envolvem na gestão de resultados por intermédio do regime de competência, de forma a garantir que os resultados sejam positivos, mas próximos de zero.	Os resultados indicam que, para reportar lucro líquido positivo próximo de zero, são utilizados <i>accruals</i> discricionários, sendo o equilíbrio orçamentário mantido com base na utilização dos <i>accruals</i> .
Donatella, Haraldsson e Tagesson (2019)	Analisar se as empresas de auditoria, além dos custos/taxas de auditoria, influenciam a probabilidade dos municípios aplicarem gestão de resultados nas suas contas anuais.	Concluiu-se que a probabilidade de os municípios suecos aplicarem gerenciamento de resultados é influenciada pela empresa de auditoria contratada. Em geral, a probabilidade de gerenciamento de resultados entre os municípios suecos aumenta se os custos/taxas de auditoria aumentarem.
Arcas e Marti (2016)	Analisar o ajuste de desempenho financeiro em governos locais ingleses, além dos <i>accruals</i> específicos usados para alcançá-lo.	Resultados indicam o uso de <i>accruals</i> anormais nos governos locais ingleses para relatar <i>superávits/déficits</i> próximos de zero, bem como evitar grandes <i>déficits</i> . Constatou-se que a depreciação foi gerenciada em termos de resultados.
Cohen e Malkogianni, (2022)	Analisar o comportamento de gerenciamento de resultados com base nos incentivos políticos, identificando possíveis razões que possam justificar essa adoção.	Os resultados sugerem que fatores políticos centrais, como a força da oposição e a reeleição do prefeito, exercem efeito sobre o aparecimento de descontinuidades em torno do lucro reportado.
Donatella e Tagesson (2021)	Analisar o papel do diretor financeiro (CFO) nas escolhas contábeis oportunistas para gerenciamento de resultados no setor público.	A experiência anterior de CFO influenciou a probabilidade de escolha contábil oportunista; os CFOs com experiência anterior estavam menos inclinados ao gerenciamento de resultados.
Reischmann (2016)	Analisar a diferença entre a variação da dívida pública e o <i>déficit</i> (ajuste estoque-fluxo) para mensurar os níveis de contabilidade criativa.	Os resultados sugerem que os governos se engajaram estrategicamente na contabilidade criativa antes das eleições regulares para atingir o equilíbrio orçamentário. Nota-se, ainda, que intervenções do governo que deram origem a grandes ajustes nos <i>déficits</i> divulgados.

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível estabelecer que o ponto comum dos achados das pesquisas mencionadas na Tabela 5 é decorrente da predominância do fator político como motivador ao gerenciamento de resultados, sendo esse fator potencialmente materializado no gerenciamento de resultados por meio do controle da dívida (Reischmann, 2016; Ferreira, 2023), na redução do déficit financeiro (Ferreira *et al.*, 2013; Cohen, & Malkogianni, 2022), na apuração de custos e despesas públicas (Donatella, Haraldsson, & Tagesson, 2019), na estimativa das provisões e nos métodos de depreciação (Arcas, & Marti, 2016).

Entre as questões significativas relacionadas ao gerenciamento nos governos de países europeus, destaca-se o conflito no reconhecimento dos *accruals* e na contabilização de receitas pelo regime de competência. Esse desafio é intensificado pelo fato de que as regras fiscais, baseadas em legislações locais, ainda mantêm um forte viés orçamentário, enquanto as IPSAS promovem uma abordagem voltada ao aspecto patrimonial. Estudos realizados em municípios portugueses (Ferreira, 2023; Ferreira *et al.*, 2013) revelaram que o processo de convergência às IPSAS não foi suficiente para conter o gerenciamento oportunista de *accruals* discricionários. Situação semelhante foi identificada nos municípios ingleses (Arcas, & Martí, 2016), onde o gerenciamento incluiu a manipulação da depreciação, um *accrual* considerado não discricionário.

Outro aspecto identificado na literatura internacional sobre a adoção das IPSAS no setor público refere-se aos custos de implementação, frequentemente considerados elevados em comparação aos benefícios incertos. Esse desafio foi observado, por exemplo, em municípios suecos (Donatella *et al.*, 2019), onde o fator determinante para o gerenciamento desses custos foi o impacto dos repasses exigidos pelas auditorias.

4 Reflexões e Contribuições do Ensaio

A discricionariedade existente de forma mais acentuada na contabilidade baseada em princípios, torna o debate sobre o tema disperso nas inúmeras formas de gerenciamento de resultados, especialmente no setor público. No presente ensaio, foram identificados estudos como Cabello & Azevedo (2023), Araújo *et al.* (2023), Aquino & Azevedo (2017) que abordaram o tema sem necessariamente enquadrar as pesquisas nessa definição, mas que trataram do uso da discricionariedade na adoção de mecanismos contábeis, especialmente para interesses eleitorais.

Apesar da escassez de estudos e modelos que capturem os *accruals* específicos do setor público em uma abordagem vinculada ao gerenciamento de resultados (Costa, & Leão, 2021; Araújo *et al.* 2023; Scannell, & Tawiah, 2024), foi possível destacar a ocorrência dos *accruals* orçamentários discricionários derivados das divergência entre os demonstrativos vinculados ao subsistema orçamentário e patrimonial (Araújo *et al.*, 2023). Com o processo de implementação das IPSAS e a busca por maior comparabilidade das informações, os governos brasileiros ainda permanecem condicionados a cumprir as legalidades do orçamento conforme a Lei nº 4320/64 e LRF nº 101/2000, ao mesmo tempo em que migram para as normas internacionais que fomentam o registro das transações pela competência.

Nesse sentido, o contexto de transição para as IPSAS gera efeitos positivos na prática do gerenciamento de resultados (Oliveira *et al.*, 2024; Araújo *et al.*, 2023). Todavia, a literatura sobre o tema no setor público, além de ser incipiente em comparação ao setor privado, também carece de coesão no propósito de identificar essa prática. Destaca-se que muitos estudos apontam manipulações realizadas por meio de mecanismos como a imprecisão nas previsões de receitas (Aquino, & Azevedo, 2017; Baldissera *et al.*, 2020), os restos a pagar (Cabello, & Azevedo, 2023; Araújo *et al.*, 2023; Marcondes, & Costa, 2021) e o uso de créditos adicionais (Azevedo, 2013), sem necessariamente estabelecer uma relação direta com a questão do

gerenciamento de resultados. Esses mecanismos, em ambos os casos, podem ser compreendidos como uma espécie de *accrual* orçamentário intencionalmente gerenciado no contexto de implementação das IPSAS.

Um segundo ponto relevante é que o processo de convergência aos padrões internacionais tem progredido e sido mais explorado no âmbito privado (Donatella, 2021). No setor público, entretanto, a internacionalização enfrenta limitações impostas pelos diferentes modelos constitucionais dos países, tornando a integração mais lenta, uma vez que as IPSAS podem ser adotadas de formas distintas.

Os estudos comparados ao longo das décadas ofereceram contribuição significantes para o avanço da administração pública, sendo responsáveis por buscarem modelos de eficiência em diferentes cenários e países (Pollitt, & Bouckaert, 2000). A comparabilidade nesse aspecto é um desafio, visto que as variáveis políticas, culturais e demográficas são naturalmente irreplicáveis, sendo possível a adesão dos modelos através da adaptação deles à realidade a qual se procura estudar. Nesse ponto, a compreensão dos cenários existentes proporciona uma sistematização do tema e, conseqüentemente, uma melhor definição dos elementos existentes que afetam a discricionariedade por meio dos *accruals*.

Assim como temas derivados de questões relacionadas à reforma política ou ao modelo de Estado têm proporcionado debates e avanços teóricos e empíricos consistentes no campo da administração pública, o conceito de gerenciamento de resultados nas contas governamentais possibilitou uma análise dos mecanismos pertinentes à divulgação e à qualidade da informação contábil existentes em governos de diferentes países. Ao observar o processo de convergência adotado nos países por intermédio das IPSAS, identifica-se a intensificação da discricionariedade nas contas públicas, especialmente no que tange aos aspectos das contas orçamentárias.

Portanto, a elaboração de um modelo de gerenciamento de resultados aplicável ao setor público passa, primordialmente, pela ampliação das observações relacionadas aos estudos dos elementos responsáveis pela ocorrência do gerenciamento de resultados nas contas governamentais. Sendo este o ponto de partida para a proposição de modelos de mensuração de *accruals* discricionários que contemplem as características dos elementos contábeis, já considerando o processo de convergência aos padrões internacionais.

A discussão desse tema no contexto da administração pública busca preencher uma lacuna ainda pouco explorada, ao mesmo tempo em que destaca as contribuições e resultados de estudos anteriores. Tais achados são contemplados neste ensaio e agrupados criticamente de acordo com os aspectos ou das contas públicas que foram utilizadas para o gerenciamento de resultados.

5 Considerações Finais

Com a internacionalização de padrões contábeis do setor público, foi aberto o espaço para a flexibilização de procedimentos contábeis que reproduzissem, de forma mais fidedigna, a realidade das transações, permitindo maior autonomia aos agentes públicos na adoção de escolhas contábeis. Esses padrões buscam oferecer maior transparência e capacidade de controle das contas públicas, possibilitando aos gestores um certo grau de independência no reconhecimento, mensuração e evidenciação dos elementos contábeis.

Como efeito reverso, contudo, a implementação de uma contabilidade voltada a princípios (*accruals basis*) pode proporcionar margens de discricionariedade que apontem para

o gerenciamento de resultados na gestão pública, ocasionando circunstancialmente em medidas oportunistas, as quais premiam politicamente os gestores públicos que efetuarem manobras contábeis a partir dos dados apresentados à sociedade.

Diante disso, o presente ensaio teve como propósito realizar uma reflexão crítica sobre o gerenciamento de resultados no âmbito governamental a partir adoção das IPSAS no Brasil. Apesar do tema ter ganhado notoriedade em estudos no setor privado, ainda são embrionárias as pesquisas referentes ao tema nos aspectos governamentais, o que denota um considerável atraso em relação às pesquisas e modelos de mensuração de *accruals* no setor privado.

As IPSAS proporcionaram uma oportunidade para aprofundar os estudos sobre o gerenciamento de resultados no setor público. Anteriormente, esses estudos eram escassos e pouco direcionados no que diz respeito à abordagem e às contribuições da prática de gerenciamento. Com a adoção de normas internacionais baseadas na intensificação do regime de competência, é possível trazer essa discussão para uma análise mais concisa e condicionada ao marco temporal das respectivas adoções. Observa-se que o aumento de estudos no setor público sobre gerenciamento de resultados ocorreu quase simultaneamente às implementações das IPSAS.

A definição dos *accruals* orçamentários pode ser aprimorada no sentido de capturar e classificar os acúmulos entre os valores estipulados no orçamento e suas respectivas realizações, incluindo o uso do *carry over* para despesas fixadas e efetivamente pagas. Percebe-se que, tradicionalmente, o início das ações do gestor ocorre por intermédio da elaboração do orçamento, sendo essa etapa a mais discricionária entre as demais fases de execução e controle. Por isso, ela costuma atrair maior atenção nos estudos sobre manipulações contábeis no setor público.

Apesar disso, nota-se que o orçamento, como instrumento de gestão, é altamente vinculado ao sistema legal e cultural de cada país. Nesse sentido, as IPSAS funcionam como um caminho para ampliar essa compreensão. A instauração de uma contabilidade baseada no *accrual basis* também oferece um cenário favorável para o estudo do gerenciamento de resultados no setor público. Todavia, o incentivo às IPSAS ainda possui um caráter entusiasta e desafiador em muitos países, tornando a proposta deste ensaio contemporânea e pertinente. Ao associar a convergência contábil ao gerenciamento de resultados, expande-se o campo de estudo para esse cenário, sendo propostos caminhos para futuras observações.

O forte desenvolvimento contábil de alguns países europeus — aliados a fatores como tradição jurídica, cultura e estrutura política — parece ser um limitador à plena aceitação dos IPSAS, já que este detém um conjunto de práticas contábeis que são consolidadas em regimes de competência (Pereira *et al.*, 2022), enquanto no Brasil e em alguns países da América do Sul a aplicação dos IPSAS ainda enfrenta dificuldades de implementação, em decorrência da tradição orçamentária legalmente prevista e sua influência no ordenamento dos registros contábeis.

Notou-se que, tanto na literatura nacional quanto internacional, o ciclo político parece ser responsável por ampliar o uso de gerenciamento de resultados no sentido de servir como auxílio de manutenção de poder por parte do gestor público, sendo possível observar as práticas de comportamento oportunista na divulgação de demonstrativos contábeis em diferentes contextos econômicos.

Diante das considerações propostas neste ensaio, sugere-se que os próximos estudos ampliem a discussão teórica através da observação e análise empírica de dados, levando em consideração os elementos contábeis existentes no orçamento público nos diferentes âmbitos governamentais, considerando o potencial da adoção da *accruals basis* propulsão pelos IPSAS no gerenciamento de resultados de receita e despesas orçamentárias

Referências

- Abdulkarim, M. E., Umlai, M. I., & Al-Saudi, L. F. (2020). Exploring the role of innovation in the level of readiness to adopt IPSAS. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 16(3), 469–495. <https://doi.org/10.1108/JAOC-12-2019-0119>
- Abdulkarim, M. E., Umlai, M. I., & Al-Saudi, L. F. (2023). Culture, language, and accounting reform: a new perspective on IPSAS implementation. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 19(2), 376–400. <https://doi.org/10.1108/JAOC-01-2022-0006>
- Ada, S. S., & Christiaens, J. (2018). The magic shoes of IPSAS: Will they fit Turkey? *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 14(54), 5–21. <https://doi.org/10.24193/tras.54E.1>
- Alghizzawi, M. A., & Masruki, R. (2020). Issues on public sector accounting reform in Jordan. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 16(3), 130–139. <https://doi.org/10.17265/1548-6583/2020.03.003>
- Almeida-Santos, P. S., Matias-Pereira, J., & Ferreira, A. C. S. (2021). Corrupção e a dinâmica do resultado primário dos municípios brasileiros. *Revista de Ciências Contábeis | RCiC-UFMT*, 12(23), 83–102.
- Amaral, N. A. L. A., Bolfe, C., & Vicente, E. F. R. (2014). Estudos sobre o regime de competência no setor público brasileiro: Os desencontros da discussão acadêmica. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 13(40), 20–36. <http://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n40p20-36>
- Amiri, A., & Hamza, S. E. (2020). The transition to IPSAS standards: the extent of adoption and the influence of institutional, contingency and economic network factors. *Accounting and Management Information Systems*, 19(2), 215–251.
- Aquino, A. C. B. D., & Azevedo, R. R. D. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51, 580–595. <https://doi.org/10.1590/0034-7612163584>
- Araújo, R. J. R. D. (2022). *Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar: um estudo em municípios brasileiros* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23382>
- Araújo, R. J. R. D., Queiroz, D. B. D., & Paulo, E. (2023). Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. *Revista de Administração Pública*, 57(6), e2022-0382. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220382>
- Arcas, M. J., & Martí, C. (2016). Financial performance adjustment in English local governments. *Australian Accounting Review*, 26(2), 141–152.

<https://doi.org/10.1111/auar.12094>

Argento, D., Peda, P., & Grossi, G. (2018). The enabling role of institutional entrepreneurs in the adoption of IPSAS within a transitional economy: The case of Estonia. *Public Administration and Development*, 38(1), 39–49. <https://doi.org/10.1002/pad.1819>

Avelar, E. A., de Pádua Ribeiro, L. M., Boina, T. M., Gomes, C. C., & de Oliveira Ferreira, C. (2020). A pesquisa qualitativa contábil no Brasil: Cenário de desafios e oportunidades frente ao predomínio positivista. *Revista Liceu On-Line*, 10(1), 113-137.

Azevedo, R. (2013). *Imprecisão na estimação orçamentária dos municípios brasileiros*. [Dissertação de Mestrado, Univesidade de São Paulo]. Repositório Institucional da ENAP. <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4708/1/tema-2-1o-lugar-ricardo-r-de-azevedo.pdf>

Baldissera, J. F., Fiirst, C., & Defaveri, I. R. (2020, dezembro) Gerenciamento de resultados e ciclos eleitorais nos municípios do paraná. *Anais do Congresso da Associação de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont)*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

Bekiaris, M., & Paraponti, T. (2022). Examining the status of IPSAS adoption at the country level: an analysis of the OECD member states. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 19(2), 296-325. <https://doi.org/10.1108/JAOC-02-2021-0023>

Bertero, C. O. (2011). R plica 2 - o que   um ensaio teórico? R plica a Francis Kanashiro Meneghetti. *Revista de Administração Contempor nea*, 15, 338-342. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200012>

Bisogno, M., & Donatella, P. (2022). Earnings management in public-sector organizations: a structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 34(6), 1-25. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-03-2021-0035>

Bilhim, J. A. F., Azevedo, R. R., & Santos, P. G. (2022). Reformas do Setor Público e Mudan as na Contabilidade Pública. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 25(esp), 388-397. <https://doi.org/10.51341/cgg.v25iesp.3012>

Bonollo, E. (2022). Negative effects of the adoption of accrual accounting in the public sector: a systematic literature review and future prospects. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 35(6), 1-27. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-06-2022-0097>

Brusca, I., & Martínez, J. C. (2016). Adopting International Public Sector Accounting Standards: a challenge for modernizing and harmonizing public sector accounting. *International Review of Administrative Sciences*, 82(4), 724-744. <https://doi.org/10.1177/0020852315600232>

Brusca, I., Gómez-Villegas, M., & Montesinos, V. (2016). Public financial management

reforms: the role of IPSAS in Latin-America. *Public Administration and Development*, 36(1), 51–64. <https://doi.org/10.1002/pad.1747>

Brusca, I., & Martínez, J. C. (2016). Adopting International Public Sector Accounting Standards: a challenge for modernizing and harmonizing public sector accounting. *International Review of Administrative Sciences*, 82(4), 724–744. <https://doi.org/10.1177/0020852315600232>

Cabello, O. G., & Azevedo, R. R. (2023). Reflexos da imprecisão das receitas orçamentárias nos governos locais brasileiros. *Contabilidade Vista & Revista*, 34(2), 52–76. <https://doi.org/10.22561/cvr.v34i2.7478>

Christensen, H. B., Lee, E., Walker, M., & Zeng, C. (2015). Incentives or standards: What determines accounting quality changes around IFRS adoption? *European Accounting Review*, 24(1), 31–61. <https://doi.org/10.1080/09638180.2015.1009144>

Christiaens, J., Vanhee, C., Manes-Rossi, F., Aversano, N., & Van Cauwenberge, P. (2015). The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: An international comparison. *International Review of Administrative Sciences*, 81(1), 158–177. <https://doi.org/10.1177/0020852314546580>

Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *Resolução 2016/NBCTSPEC*. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual. <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>

Costa, F. M. D., & Leão, F. H. F. C. (2021). Gerenciamento de resultados e ciclo eleitoral em municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 55, 697–715. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200112>

Cohen, S., & Malkogianni, I. (2022). Accrual accounting earnings around zero in Greek municipalities: the relevance of political factors. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 18(2), 137–162. <https://doi.org/10.1504/IJAAPE.2022.126877>

Coelho, A. C., & Lima, I. S. (2009). Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e de capital aberto. *Revista de Administração - RAUSP*, 44 (3), 207–221.

Dechow, P. M., & Skinner, D. J. (2000). Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. *Accounting horizons*, 14(2), 235–250. <http://doi.org/10.2139/ssrn.218959>

Donatella, P., & Tagesson, T. (2021). CFO characteristics and opportunistic accounting choice in public sector organizations. *Journal of Management and Governance*, 25, 509–534. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09521-1>

Donatella, P., Haraldsson, M., & Tagesson, T. (2019). Do audit firm and audit costs/fees influence earnings management in Swedish municipalities? *International Review of*

Administrative Sciences, 85(4), 673-691. <https://doi.org/10.1177/0020852317748730>

Duarte, E. R., Galdi, F. C., & Damasceno, F. S. (2020). Gerenciamento de resultado contábil e ruptura dos covenants: Um estudo empírico no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(3), 291-305.
<https://doi.org/10.17524/repec.v14i3.2445>

Ferreira, A. (2023). Debt as a motivation for earnings management by Portuguese municipalities? *Public Money & Management*, 44(6), 472-483.
<https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2213849>

Ferreira, A., Carvalho, J., & Pinho, F. (2013). Earnings management around zero: a motivation to local politician signalling competence. *Public Management Review*, 15(5), 657-686. <https://doi.org/10.1080/14719037.2012.707679>

Fiirst, C., Pamplona, E., Hein, N., & Zonatto, V. C. da S. (2017). Eficiência de previsibilidade orçamentária da receita pública: um estudo em municípios do estado do Paraná entre os exercícios 2002 e 2013. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(3), 983–1008. <http://doi.org/10.18593/race.v16i3.11537>

García, F. M. (2014). Developments and challenges in public sector accounting. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, volume 26 (2), 345-366.
<https://doi.org/10.1108/JPBAFM-26-02-2014-B005>

Gómez-Villegas, M., Brusca, I., & Bergmann, A. (2020). IPSAS in Latin America: innovation, isomorphism or rhetoric? *Public Money and Management*, 40(7), 489-498.
<https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1769374>

Gourfinkel, D. (2021). The main challenges of public sector accounting reforms and World Bank's Public Sector Accounting and Reporting (PULSAR) program. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 34(2), 347-352.
<https://doi.org/10.1108/JPBAFM-05-2021-0079>

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383
<http://doi.org/10.2139/ssrn.156445>

Hepworth, N. (2015). Debate: Implementing advanced public financial management reform in developing countries. *Public Money & Management*, 35(4), 251-253.
<https://doi.org/10.1080/09540962.2015.1047261>

Jones, R., & Caruana, J. (2016). Governmental accounting in Malta towards IPSAS within the context of the European Union. *International Review of Administrative Sciences*, 82(4), 745-762. <https://doi.org/10.1177/0020852315576705>

Kettl, D. F. (2006). *The global public management revolution: a report on the transformation of governance*. Brookings Institution Press.

- Kowalczyk, M., & Caruana, J. (2022). Governmental accounting and budgeting in Malta and Poland—a different dance to the same tune. *International Journal of Public Sector Management*, 35(7), 783-805. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-12-2021-0284>
- Lima, D. V., Guedes, M. A., & Santana, C. M. (2009). As normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: Uma análise comparativa à luz da teoria contábil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(2), 15–23. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14466>
- Lima, R. L., & Lima, D. V. (2019). Experiência do Brasil na implementação das IPSAS. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, 16(38), 166–184. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n38p166>
- Marcondes, L. C., & Costa, M. C. (2021). Fatores associados ao erro de previsão de despesa orçamentária nos municípios brasileiros. *Cadernos de finanças públicas*, 21(2), 9-14. <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2021.121>
- Marçal, R. R. (2022). *Efeitos da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235102>
- Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.12.2002.tde-14052002-110538>
- Martinez, A. L., & Leal, L. V. (2019). Conformidade contábil-fiscal e gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(1), 9-30. <https://doi.org/10.18593/race.18854>
- Martins, O. S., Sousa, R. A. M. D., & Girão, L. F. D. A. P. (2021). Persistência dos dividendos e gerenciamento de resultados em mercados emergentes. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33(88), 130-149. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202113040>
- McNichols, M., & Wilson, G. P. (1988). Evidence of earnings management from the provision for bad debts. *Journal of accounting research*, 26, 1-31. <https://doi.org/10.2307/2491176>
- Melo, P. H. F. de, & Lamounier, W. M. (2020). Gerenciamento de resultados financeiros em ofertas públicas iniciais de ações (IPOs) e desempenho posterior das ações. *Revista Gestão & Tecnologia*, 20(2), 28-51. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2020.v20i2.1824>
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>

Mnif Sellami, Y., & Gafsi, Y. (2019). Institutional and economic factors affecting the adoption of international public sector accounting standards. *International Journal of Public Administration*, 42(2), 119–131. <https://doi.org/10.1080/01900692.2017.1405444>

Nazaré, S. R. M., & Britto, P. A. P. (2020). Provisões de crédito, gerenciamento de resultados e informação contábil: comportamento das provisões de crédito em bancos brasileiros. *Revista Científica Hermes*, 27, 378-400. <https://doi.org/10.21710/rch.v27i0.561>

Niyama, J. K. (2009). Comparação entre princípios contábeis norte-americanos e brasileiros -principais divergências no âmbito das instituições financeiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 1 (1), 73-94.

Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2021). *Teoria da Contabilidade* (4a ed.). Atlas.

Olaoye, F. O., & Talabi, A. O. (2018). International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) and credibility of financial reporting in Nigeria public sector: An improvement or a ruse. *Research Journal of Finance and Accounting*, 9(14), 68–74. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:169785130>

Oliveira, W. A., Britto, P. A. P., Souza Gonçalves, R., & Neto, J. T. G. (2024). Gerenciamento de resultados no setor público: Olhar sobre o regime de competência nos estados brasileiros. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 19(57), 01-23. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13894175>

Oulasvirta, L. (2014). The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC. A critical case study. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(3), 272-285. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.12.001>

Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.12.2007.tde-28012008-113439>

Pereira, D. M. V. G., Rodrigues, J. M., & Matias-Pereira, J. (2022). Reformas Contábeis do Setor Público à Luz do Modelo de Contingência de Inovações Contábeis Governamentais. *Contabilidade Gestão e Governança*, 25(esp), 370-387. <https://doi.org/10.51341/cgg.v25iesp.2909>

Pereira, V. M. (2023). *Accrual financial reporting no setor público brasileiro: É uma realidade?* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46509>

Pereira, R. C. M., Constantino, F. de F. da S., Sauerbronn, F. F., & Macedo, M. A. da S. (2019). Pesquisa qualitativa em contabilidade: um panorama de sua evolução no congresso ANPCONT à luz da literatura internacional. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(41), 204–224. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p204>

Pinney, H. Níveis de medição de eficiência (1966). In D. Waldo (Org.). *Problemas e aspectos da administração pública*. Pioneira.

Pollit, C., & Bouckaert, G (2000). *Public management reform: A comparative analysis* (4a ed.). Oxford University Press.

Reischmann, M. (2016). Creative accounting and electoral motives: Evidence from OECD countries. *Journal of Comparative Economics*, 44(2), 243-257.
<https://doi.org/10.1016/j.jce.2015.07.001>

Ribeiro, L. (2021). *Análise do incrementalismo orçamentário no âmbito municipal* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional da Unesp. <http://hdl.handle.net/11449/215484>

Rodrigues, J. (2012). *Convergência contábil internacional: uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UnB. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/12596>

Rodrigues, D. L. C. (2022). *Direito e contabilidade pública no Brasil: o advento dos padrões internacionais de contabilidade do setor público (IPSAS)* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.2.2022.tde-11012023-161149>

Santos, G. C. D. (2023). *O Papel do ESG no Value Relevance e Gerenciamento de Resultados em Companhias Latino-Americanas* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37928>

Santos, P. S. A. dos, Machado, D. G., & Scarpin, J. E. (2012). Gerenciamento de resultados no setor público: análise por meio das contas orçamentárias outras receitas e despesas correntes dos municípios de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, 23(4), 15-43.

Seiyaibo, C. M. (2020). Has the adoption of International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) reduced corruption in the Nigerian public sector? *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 10(1), 189-196. <http://doi.org/10.6007/IJARAFMS/v10-i1/7087>

Scannell, S., & Tawiah, V. (2024). A thematic literature review on International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). *Public Organization Review*, 24, 1053-1075. <https://doi.org/10.1007/s11115-024-00773-1>

Silva, A. C. D. (2022). *Gerenciamento de resultados em torno da oferta pública de ações: um estudo realizado na pandemia da Covid-19* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Rural do Semi-Árido]. Repositório Digital da Ufersa. <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/3086b04b-fde1-4e06-9714->

1921eab0c8d9/content

Silva, C. A. M., Niyama, J. K., Rodrigues, J. M., & Lourenço, I. M. E. C. (2018). Gerenciamento de resultados por meio da perda estimada de créditos em bancos brasileiros e luso-espanhóis. *Revista contemporânea de contabilidade*, 15(37), 139-157. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p139>

Silva, F. J. D. Jr., & Leite, P. A. M. Filho, (2022). A sinalização do gerenciamento de resultados por meio da responsabilidade social corporativa no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(52), 3-16. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e79901>

Silva, M. A. C., da Silva Junior, A. C., Ferreira, M. A. M., & Júnior, A. C. B. (2022). Fatores condicionantes da adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público – IPSAS. *Contabilidade Gestão e Governança*, 25(1), 103-122. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2022v25n1a6

Silva, N. O. da, & de Souza Freire, F. (2021). Gastos sociais e accounting gimmicks: uma percepção dos ciclos políticos eleitorais nos municípios do centro-oeste brasileiro. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(1), 218–246. <https://doi.org/10.22561/cvr.v32i1.5976>

Silva Neto, A. F. da, & da Silva, J. D. G. (2019). Valores culturais e estilos de aprendizagem dos operadores da contabilidade do setor público brasileiro frente ao processo de adoção das normas internacionais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e144322-e144322. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.144322>

Silva, V. F. (2023). *Desempenho de arrecadação e inscrição em restos a pagar: um estudo nos municípios brasileiros* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27063>

Soschinski, C. K., Schlup, D., & Hein, N. (2022). Gerenciamento de resultados no ano de abertura de capital de empresas brasileiras. *Pensar Contábil*, 24(85), 31-39.

Souza, P. V. S. D., Gonçalves, R. D. S., & Silva, C. A. T. (2022). O impacto da IFRS 15 na qualidade dos accruals e no gerenciamento de resultados das empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24(4), 675-691. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i4.4197>

Tawiah, V. (2023). The impact of IPSAS adoption on corruption in developing countries. *Financial Accountability & Management*, 39(1), 103-124. <https://doi.org/10.1111/faam.12288>

Teixeira, R. R., Wakim, V. R., Barros, G. F., Higuch, A. K., Mota, R. C. L., & Esteves, H. R. C. (2021). Imprecisão orçamentária das receitas e despesas públicas dos municípios das Regiões Imediatas de Teófilo Otoni e Águas Formosas-MG entre os exercícios financeiros de 2013-2018. *Research, Society and Development*, 10(12), e581101220289. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20289>

Torraco, R. J. (2005). Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356-367. <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>

Thesing, N. J., Lutzer Tizotte, T. R., Prochnow, D. A., & Carneiro, C. J. (2024). Avaliação da eficiência na previsão de impostos municipais (IPTU e ISS): o caso dos municípios da Região Funcional 7 dos COREDES no Rio Grande do Sul. *Redes*, 29(1), 9-28. <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.16691>

Vargas, L. A., Dal Magro, C. B., & Mazzioni, S. (2021). Influência do gerenciamento de resultados e da governança corporativa no custo de capital de terceiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(46), 32-46. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e67387>

Zielinski, C. F., Hirt, J. D. F., & Witt, C. (2017). Nível de imprecisão orçamentária dos municípios da região da Amsulep. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 223, 32-43.